

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VITOR LUIZ TOLEDO

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS PELAS EMPRESAS DO
SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA B3**

**UBERLÂNDIA
MARÇO DE 2022**

VITOR LUIZ TOLEDO

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS PELAS EMPRESAS DO
SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA B3**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Marcos da Silva

**UBERLÂNDIA
MARÇO DE 2022**

VITOR LUIZ TOLEDO

**Nível de evidência de ativos intangíveis pelas empresas do setor de tecnologia da
informação da B3**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de avaliação

Prof. Dr. José Marcos da Silva – UFU
Orientador

Prof. – UFU
Membro

Prof. – UFU
Membro

RESUMO

Este estudo objetiva verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de Tecnologia da Informação listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3) entre os anos de 2010 e 2020. A pesquisa foi executada a partir da análise das Demonstrações Financeiras das companhias listadas na B3, seguida pela aplicação de um *checklist*, desenvolvido a partir dos requisitos de reconhecimento exigidos pelo CPC 04. Os resultados evidenciaram um nível de evidenciação alto para o setor, com a divulgação média de 77,61% dos itens da norma pelas empresas, figura superior à média de outras empresas da B3, o que denota um melhor tratamento da classe dos intangíveis pelo setor, e nenhuma dessas empresas evidenciando seus intangíveis em integral concordância com a norma. A maioria das empresas apresentou um nível médio de evidenciação alto, sendo que a Linx S.A. foi a empresa com maior nível, com média de 88,24% dos critérios divulgados ao longo dos anos, valor superior em 23,53% à média apresentada pela Quality Software S.A., empresa com menor nível de evidenciação. A maioria dos itens no questionário atingiram um nível de evidenciação acima de 80%, com parte deles tendo sido 100% evidenciados no período, enquanto outros não foram evidenciados em ano algum. Também foi constatado que não houve notável evolução no nível de evidenciação pelas empresas, que apresentaram, no geral, uma divulgação parecida no decorrer dos anos, sem tendência à maior adaptação ao conjunto de regras do CPC 04.

Palavras-chave: Ativos intangíveis; CPC 04; Evidenciação; Tecnologia da Informação

ABSTRACT

This study sought to verify the level of disclosure of intangible assets by companies from the Information Technology sector of Brasil, Bolsa, Balcão (B3) between the years 2010 and 2020. The research was carried out based on the analysis of the Financial Statements of the companies listed on B3, ensued by the application of a checklist, and developed from the disclosure criteria demanded by the CPC 04. The results showed a high level of disclosure for the sector with companies disclosing an average of 77.61% of the items required by the standard, a figure higher than the average of other B3 companies, which denotes a better treatment of the intangibles class by the sector, and none of the companies disclosing their intangible assets in full compliance with the rules. During the years of the study, most of the companies presented a high average level of disclosure with Linx S.A. being the company with the highest level of disclosure, with an average of 88.24% of the criteria disclosed over the years, a figure 23.53% higher than the average presented by Quality Software S.A., the company with the lowest level of disclosure in the study. Most items on the checklist attained a level of disclosure above 80%, with part of them having been 100% disclosed in the period. Meanwhile others were not disclosed whatsoever in any year. It was also found that there was no notable evolution in the level of disclosure by the companies, and these companies, in general, present a similar disclosure over the period, with no notable tendency towards a further adaptation to the CPC 04 set of rules.

Keywords: *Intangible assets; CPC 04; Disclosure; Information Technology*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
2.1 Ativo Intangível.....	3
2.2 Estudos anteriores.....	5
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	6
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	9
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS	15
APÊNDICE	19

1. INTRODUÇÃO

Os ativos intangíveis têm, cada vez mais, importância como fontes de geração de valor para as entidades (SCHERER; 2004). Com a globalização da economia, aumentou-se a necessidade de transparência informacional nos demonstrativos das empresas, tendo sido impostas, dentre outras coisas, alterações no modo de mensuração do patrimônio dessas empresas. Nesse contexto, ativos intangíveis e sua correta evidenciação são cada vez mais relevantes, contribuindo positivamente para o desempenho financeiro, para o ganho de vantagens competitivas e para a diminuição da assimetria informacional (WILLIAMS, 2001; KAYO, 2002; NIELSEN; MADSEN, 2008; VERGAUWEN; VAN ALEM, 2005; RODRIGUES; VIEIRA; COMUNELLO, 2018).

De acordo com o CPC 00 (R2) (2019), os ativos são recursos em controle da entidade, resultantes de eventos passados que possuem expectativa de gerar benefícios econômicos futuros. Este estudo busca analisar, especificamente, o grupo dos ativos intangíveis, definidos como não monetários identificáveis e sem substância física (CPC 04 (R1), 2010).

Com o aumento na intensidade dos investimentos em recursos do tipo no decorrer dos anos, iniciou-se uma busca na contabilidade por uma maior orientação em relação ao tratamento dos ativos intangíveis. Em diversos setores, a geração de receita está intimamente atrelada a esse tipo de ativo, sendo empresas de alta tecnologia e *websites* bons exemplos (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010).

Em 2007, quando foi adotada a Lei nº 11.638/07, que trazia regras e definições relacionadas aos ativos intangíveis, houve uma notável quantidade de demonstrações com baixa qualidade em relação à divulgação desses ativos intangíveis (ANTUNES; SILVA; SAIKI, 2009). Devido a isso, em 2010, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou o Pronunciamento Técnico CPC 04, uma adaptação do IAS 38, emitido pelo *International Accounting Standards Committee* (IAS). O pronunciamento normatiza mensuração, divulgação e quaisquer procedimentos relativos a esse grupo, além de buscar aproximar as regras brasileiras das internacionais.

De acordo com Iudicibus (2010), a maior dificuldade em relação ao tratamento contábil dos intangíveis reside em sua identificação, uma vez que seus benefícios econômicos futuros são vistos como menos exatos em relação a outros tipos de ativo. Por isso, muitas empresas, seja por falta de conhecimento da legislação vigente seja por dificuldade na evidenciação,

acabam por não reconhecer ativos intangíveis, o que gera apreensão no tocante à transparência de suas demonstrações financeiras (OLIVEIRA; RODRIGUES; CRAIG, 2010).

Desde então, várias pesquisas vêm buscando averiguar se as empresas brasileiras cumprem os requisitos do CPC supracitado no que se refere à divulgação dos ativos intangíveis, tendo como exemplo os trabalhos de Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), da Silva, Ferreira e Maragno (2017), Cunha (2016), Rodrigues, Vieira e Comunelo (2018), Dagostini, Dionízio e Musial (2020), Marques, Santos e Gouveia (2011), Pinto *et al.* (2019) e Pacheco, Rover e Vicente (2018). O presente estudo diferencia-se dos restantes ao analisar especificamente o setor de Tecnologia da Informação, além da amplitude temporal, que abarca 11 anos (2010 a 2020), em contraposição dos demais estudos citados que possuem de 1 a 5 anos de extensão.

Diante do exposto, considerando-se as regras impostas às empresas brasileiras pelo CPC 04 e as dificuldades no processo de avaliação dos ativos intangíveis, o presente estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa: qual é o nível de evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas brasileiras de capital aberto listadas na Bolsa, Brasil, Balcão (B3) no setor de Tecnologia da Informação entre 2010 e 2020?

Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar o tratamento contábil dado pelas empresas do setor de Tecnologia da Informação listadas na B3 e analisar se essas empresas, com base em suas demonstrações financeiras, divulgam seus ativos intangíveis em concordância com as normas do CPC 04. Para o alcance desse objetivo principal o presente estudo verificou se as entidades evidenciaram seus ativos intangíveis em relação à vida útil, aos métodos de amortização, a suas classes, ao valor bruto e à eventual amortização acumulada no início final do período, à rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização for incluída, à conciliação do valor contábil no início e no final do período, diferenciando os gerados internamente de outros. Além disso, o estudo também avaliou quais das empresas estudadas melhor cumpriram as exigências do CPC 04.

O presente estudo se justifica pela crescente relevância do setor de Tecnologia da Informação no cenário econômico brasileiro. De acordo com a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (2019), entre 2007 e 2016, a receita líquida do setor subiu cerca de 70% e, entre 2007 e 2017, a taxa de crescimento de empregos formais no setor foi, em média, 5,7%, ao passo que a média do PIB foi de 1,7%. E, segundo levantamento da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Tecnologias Digitais (2021), no ano de 2020, o setor equivalia a 2,9% do PIB nacional e gerou R\$ 216,1 bilhões em receita, tendo apresentado crescimento de 5,1% comparado ao ano anterior. Adicionalmente, Lev (2000) traz que o aumento do interesse acerca dos intangíveis está intimamente ligado à

evolução da Tecnologia da Informação, que causou grande aumento nos valores de mercado e intangíveis das empresas ligadas à informática.

Além disso, os intangíveis estão altamente ligados ao *value relevance*, isto é, o impacto da informação sobre o preço das ações, das entidades (PACHECO; ROVER; VICENTE, 2018) e são parte significativa de suas demonstrações financeiras. Em 2020, os ativos intangíveis registrados nas empresas estudadas totalizavam em média R\$ 10.091.501,50. Também equivaliam em média a 28,09%, 53,50% e 59,39% do ativo total, patrimônio líquido e receita, respectivamente. Quando subtraído o ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que forma de 44% a 75% do intangível das companhias, esses intangíveis correspondem a 8,76% do ativo total, 16,45% do patrimônio líquido e 19,34% da receita.

Por isso, se faz necessário um estudo a respeito da forma e da qualidade da evidenciação dos intangíveis pelas empresas do setor, uma vez que são parte importante dos recursos das entidades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção busca expor as características dos ativos intangíveis, seus critérios de evidenciação, assim como pesquisas correlatas ao estudo.

2.1 Ativo Intangível

De acordo com o CPC 00 (2019), os ativos são recursos em controle da entidade, resultantes de eventos passados que possuem expectativa de gerar benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis, por sua vez, são definidos pela Lei nº 11.638 (2007) como os direitos que têm como objeto bens imateriais, voltados a manter a empresa ou praticados com essa finalidade, no entanto o CPC 04 (2010) os estabelece como ativos não monetários, identificáveis e sem substância física. Exemplos de ativos intangíveis podem ser drogas, *software* ou estruturas organizacionais únicas, como redes de fornecimento *online*, por exemplo (GU; LEV, 2011).

Ativos intangíveis devem ser sempre identificáveis para que possam ser diferenciados do ágio. Quando o gasto incorrido na compra ou na geração interna não cumprir completamente

as condições para ser reconhecido como intangível, deverá ser contabilizado como despesa, segundo CPC 04 (2010).

Hendriksen e Van Breda (1999) determinam os intangíveis como ativos sem substância, que devem ser reconhecidos sempre que cumpram todos os requisitos de reconhecimento de ativos em geral. Ou seja, para atender à definição de um ativo, é necessário que sejam mensuráveis, relevantes e precisos. Além disso, esses autores afirmam que os ativos intangíveis formam uma das áreas de maior complexidade da teoria da contabilidade, devido às dificuldades de definição e, principalmente, às incertezas sobre a mensuração de seus valores e a estimação de sua vida útil.

Kayo (2002) define os intangíveis como um agrupamento estruturado de práticas, de conhecimentos e de atitudes da entidade que, ao interagir com os ativos tangíveis, contribui para a formação de valor nas empresas.

Na literatura, as definições podem variar, entretanto todas convergem para as características essenciais dos recursos de natureza intangível: (i) devem ser destinados à manutenção das atividades da companhia; (ii) ser um direito que tem por objeto um bem incorpóreo e (iii) gerar benefícios futuros (RITTA; ENSSLIN; RONCHI, 2010).

A evidenciação, ou *disclosure*, é a divulgação, pelas entidades, das informações positivas ou negativas, que tenham relevância para o usuário. Como o objetivo e o modelo decisório de cada usuário podem variar, a relevância não é facilmente definida, no entanto podem ser entendidas como relevantes, no geral, informações que influenciem investimentos e também as relacionadas a eventos que possam ter impactos patrimoniais em uma empresa (GOULART, 2004).

Os principais métodos de evidenciação são, de acordo com Hendriksen e com Van Breda (1999), demonstrações formais, terminologia e apresentações aprofundadas, informações entre parênteses, notas explicativas, demonstrações complementares, parecer de auditoria e narrativas apresentadas pelo próprio corpo administrativo da empresa, como a carta do presidente ou seções no relatório anual dedicadas à discussão e à avaliação por parte da Administração.

Kayo *et al.* (2006) defendem que a evidenciação de intangíveis nos demonstrativos é de grande importância no momento de avaliação do patrimônio das empresas, além de ser fonte significativa de criação de valor. Ainda acrescentam que os intangíveis são fontes pertinentes de diferenciação, contribuindo para o ganho de vantagens competitivas.

De acordo com Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), os elementos intangíveis mais evidenciados pelas empresas e que, no geral, atendem às normas vigentes são o ágio, software e direitos contratuais.

Além disso, nota-se uma relação positiva entre empresas adeptas das boas práticas de governança corporativa com maior representatividade dos ativos intangíveis e a conformidade da evidenciação obrigatória (MOURA; VARELA; BEUREN, 2014). Outro aspecto notável na evidenciação pelas empresas das informações relativas aos recursos intangíveis é a carência de melhor divulgação, visto que nos últimos anos, nenhuma entidade apresentou plena conformidade em relação à divulgação obrigatória de ativos intangíveis (GRECCO; SANTOS, 2014).

2.2 Estudos anteriores

Alguns estudos já se debruçaram sobre a temática de evidenciação de intangíveis nas notas explicativas das empresas brasileiras de capital aberto. Num estudo 75 empresas, em brasileiras e portuguesas, listadas na B3 e 32 listadas na EURONEXT, respectivamente, foi constatado que todos os setores estudados atenderam, no mínimo, a mais de 50% das exigências da norma (PINTO *et al.*; 2019). Entretanto, nenhum cumpriu totalmente os requisitos normativos. Os setores com maior conformidade foram, no Brasil, Petróleo e Gás (90%), em Portugal, Utilidade Pública (96%); já os com menores aderências foram os de Consumo Cíclico (61%) no Brasil e, em Portugal, Saúde (55%).

Em uma pesquisa similar, foi determinada a influência e a relação do nível de evidenciação do ativo intangível com a *value relevance* de 75 empresas listadas na B3 em 2017 (PACHECO; ROVER; VICENTE, 2018). Os resultados do trabalho sugeriram um nível de evidenciação médio de 62,93%, sendo o nível de evidenciação uma variável consideravelmente relacionada ao *value relevance*, com poder explicativo de 38,09% sobre o mesmo.

Já no trabalho de Cunha (2016) buscou-se verificar a evidenciação de ativos intangíveis de 40 empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, escolhidas aleatoriamente, por meio de seus balanços patrimoniais e de suas notas explicadas de 2005, 2007 e 2009. Os resultados mostraram que os intangíveis mais evidenciados pelas empresas foram os softwares, ágio na aquisição de investimentos e marcas e patentes, e o ano da análise apresentou considerável significância na explicação da diferença entre os índices de evidenciação.

Em outro estudo, foi analisado o nível de evidenciação dos intangíveis de empresas dos setores de Bens Industriais e Materiais Básicos listadas na B3, com dados referentes a 2017,

baseando-se no CPC 04 (DAGOSTINI; DIONIZIO; MUSIAL, 2017). O estudo apontou uma média de 80,48% de aderência às normas contábeis pelas empresas do setor de Bens Industriais, com uma média de 16,90 itens evidenciados dentre 21 possíveis, e 58,33% pelas empresas do setor de Materiais Básicos, com 12,25 itens evidenciados em média.

Outros estudos, com propostas semelhantes, buscaram identificar a divulgação em setores específicos. Em um deles, buscou-se verificar o nível de evidenciação dos intangíveis nas empresas listadas no setor da saúde da B3 considerando os critérios do CPC 04 (DA SILVA; FERREIRA; MARAGNO, 2017). Os autores constataram que 6,7% das empresas demonstram um nível baixo de evidenciação; 13,3%, nível médio/baixo; 60% estão no nível médio/alto; 20% compõem o nível alto.

Em outro trabalho, buscou-se analisar a aderência às normas internacionais na evidenciação de intangíveis nos relatórios financeiros do ano de 2016 por parte de empresas no ramo de calçados da BM&FBovespa (RODRIGUES; VIEIRA; COMUNELLO, 2018). Foi concluído e que, além disso, a aderência ao CPC 04 por parte das companhias aumentou a qualidade e a transparência das demonstrações contábeis e que as práticas contábeis nos relatórios das organizações estudadas são similares e aderem às normas contábeis. A empresa com maior grau de evidenciação foi a Grendene S.A., com 78% de aderência, sucedida pela Alpargatas S.A. e Vulcabras S.A., ambas com 64%, e a com menor percentual foi a Cambuci S.A., com 42%.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (1989), a pesquisa, em relação aos seus objetivos, pode ser caracterizada como descritiva, tendo em vista que seu objetivo principal é descrever atributos ou fenômeno da população estudada, assim como definir relações entre variáveis.

Quanto ao método de coleta de dados, o estudo pode ser classificado como documental, pois trata-se de uma pesquisa feita a partir de materiais que ainda não foram analisados ou que ainda podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa.

A amostra das empresas analisadas é formada pelas 6 empresas de capital aberto listadas na B3 no setor de Tecnologia da Informação em março de 2021, divididas entre os subsetores de computadores e equipamentos e de programas e serviços.

Quadro 1 – Amostra da Pesquisa

Subsetor	Empresa
Computadores e Equipamentos	Positivo Tecnologia S.A.
Programas e Serviços	BRQ Soluções em Informática S.A.
	Linx S.A.
	Quality Software S.A.
	Sinqia S.A.
	Totvs S.A.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados coletados foram as demonstrações financeiras das empresas divulgadas entre os anos de 2010 e 2020. A coleta foi feita por meio dos *softwares* Economática e Microsoft Excel, dos *websites* da B3, da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e das próprias empresas.

Com base nesses dados, foi aplicado o *checklist* com respostas binárias (0 ou 1), desenvolvido por Moura, Varela e Beuren (2014), que tem como base as diretrizes normativas do CPC 04.

Quadro 2 – Informações a serem divulgadas

Dimensão de ativos intangíveis	Perguntas para construção do índice de ativos intangíveis	
Vida útil/valor	1	Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?
	2	Divulgou se os intangíveis são de vida útil definida ou indefinida?
	3	Divulgou os motivos que fundamentam e os fatores mais importantes que levaram à definição da vida útil definida ou indefinida do intangível?
	4	Divulgou informações sobre os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?
	5	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no início do período?
	6	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no final do período?
	7	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita?
	8	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações?
	9	Divulgou o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis?
Amortização	10	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no início do período?
	11	Divulgou o valor contábil da amortização do período?
	12	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no final do período?
	13	Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?
Adições/baixas	14	Divulgou a rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?
	15	Divulgou de forma separada o valor contábil das adições que foram geradas por desenvolvimento interno e pelas adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?
	16	Divulgou o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou de assistência governamentais?
	17	Divulgou o valor contábil inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou de assistência governamentais?
	18	Divulgou se os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou de assistência governamentais são mensurados pelo método de custo ou de reavaliação após o reconhecimento?

Dimensão de ativos intangíveis	Perguntas para construção do índice de ativos intangíveis	
	19	Divulgou o valor contábil dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas?
Reavaliação/ Teste de <i>impairment</i>	20	Divulgou a data efetiva da reavaliação do intangível?
	21	Divulgou o saldo da reavaliação, relacionado aos ativos intangíveis, no início e no final do período?
	22	Divulgou informações sobre a realização ou não do teste de <i>impairment</i> , de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?

Fonte: Moura, Varela e Beuren (2014). Alterado pelo autor.

Para tanto, foi atribuída uma pontuação de 0 a 22 às empresas, considerando-se o somatório das notas. A nota 0 foi atribuída às respostas que não estavam de acordo com as exigências do CPC 04, nota 1 às que seguem as exigências normativas e 2 quando a pergunta não era adequada para determinada organização.

Durante a aplicação do questionário, as questões 7, 8, 16, 17 e 18 do *checklist* foram consideradas inaplicáveis em todos os 11 anos abrangidos, portanto receberam a nota 2 invariavelmente. As questões 16, 17 e 18 não foram consideradas pois as empresas não demonstraram ter adquirido intangíveis por meio de subvenção. As questões 7 e 8 também foram descartadas, pois nenhuma empresa indicou que os intangíveis estejam com titularidades restritas ou foram dados como garantias de obrigações, respectivamente. Todas essas situações não trazem segurança para classificar se as empresas não divulgaram ou não possuíam o que se pergunta.

Para definir o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, foi calculada a proporção dos pontos em relação ao total de quesitos aplicáveis, e as empresas foram elencadas, partindo-se da com melhor nível de evidenciação (maior proporção de pontos em relação ao total de quesitos) até a com pior nível (menor proporção de pontos), e seus níveis determinados como baixo, médio/baixo, médio/alto ou alto, conforme os critérios do estudo de da Silva, Ferreira e Maragno (2017), demonstrados no Quadro 3.

Quadro 3 – Critérios para identificar o nível de evidenciação

Pontuação obtida por empresas em %	Nível de evidenciação
0 a 25%	Baixo
25,01 a 50%	Médio/baixo
50,01 a 75%	Médio/alto
75,01 a 100%	Alto

Fonte: da Silva, Ferreira e Maragno (2017).

Também foram determinadas as médias de evidenciação total do período estudado a partir da média aritmética dos níveis anuais de cada empresa e da evidenciação anual dessas empresas, obtidas pela média aritmética do nível de evidenciação das empresas que divulgaram seus dados financeiros em cada ano.

O nível de evidenciação por questão foi calculado a partir da média aritmética das respostas aos itens para cada empresa, por ano.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise foi feita com base na verificação das notas explicativas das empresas que compõem a amostra, seguida pelo exame dos balanços patrimoniais para confirmação dos saldos na conta. A partir da aplicação do *checklist* elaborado por Moura, Varela e Beuren (2014), cujos resultados estão expostos no apêndice, foi determinado o nível proporcional de evidenciação em porcentagem para cada ano, conforme sugere a tabela 1. A pontuação a seguir é composta pela soma dos quesitos aplicáveis do *checklist* cumpridos pelas empresas durante o período.

Tabela 1 – Nível de evidenciação do ativo intangível em percentuais (%)

Empresa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Positivo Tecnologia S.A.	82,35	82,35	70,59	70,59	70,59	70,59	70,59	70,59	70,59	70,59	70,59
BRQ Soluções em Informática S.A.	n/a	n/a	n/a	n/a	82,35	82,35	82,35	82,35	82,35	82,35	82,35
Linx S.A.	n/a	88,24	88,24	88,24	88,24	88,24	88,24	88,24	88,24	88,24	88,24
Quality Software S.A.	n/a	n/a	64,71	70,59	64,71	64,71	47,06	58,82	58,82	76,47	76,47
Sinqia S.A.	n/a	82,35	82,35	82,35	82,35	82,35	82,35	82,35	82,35	76,47	76,47
Totvs S.A.	76,47	76,47	76,47	76,47	76,47	76,47	76,47	76,47	76,47	76,47	76,47

Fonte: Elaborada pelo autor.

Partindo-se das médias anuais de evidenciação das empresas nos anos analisados, foi calculada a média total de evidenciação no período por empresa e para toda a amostra com o objetivo de determinar o nível de evidenciação de cada companhia e do setor. O resultado está disposto na tabela a seguir.

Tabela 2 – Média total e nível de evidenciação de evidenciação do ativo intangível nos anos estudados

Empresa	Média	Nível de evidenciação
Linx S.A.	88,24%	Alto
BRQ Soluções em Informática S.A.	82,35%	Alto
Sinqia S.A.	81,18%	Alto
Média das empresas	77,61%	Alto
Totvs S.A.	76,47%	Alto
Positivo Tecnologia S.A.	72,73%	Médio/alto
Quality Software S.A.	64,71%	Médio/alto

Fonte: Elaborada pelo autor.

Respalhando-se nas análises dos resultados das companhias na pesquisa, nota-se que, no período de estudo, nenhuma das empresas evidenciou os itens analisados em sua totalidade, mas todas apresentaram um índice médio de evidenciação de acima de 60% dos quesitos, com uma média geral de nível alto (77,61%) e a maioria teve o nível de evidenciação de intangível classificado como alto. As empresas Sinqia S.A., Linx S.A., BRQ Soluções em Informática S.A. e Totvs S.A. apresentaram médias de acima de 75% dos itens verificados no estudo, obtendo o nível alto de evidenciação; enquanto foram classificadas como de nível médio/alto de evidenciação a Positivo S.A. e a Quality Software S.A., que apresentou a menor taxa média de evidenciação dentre as companhias analisadas: em média, apenas 64,71% dos quesitos foram cumpridos no período do estudo.

Percebe-se também que, no caso da Positivo Tecnologia S.A., a partir de 2012, houve um declínio no nível de evidenciação dos intangíveis, de 82,5% para 70,59%, que se manteve constante nos anos seguintes. Essa queda se deu em virtude de a empresa não apresentar duas informações referente às questões 4 (refere-se ao prazo da vida útil ou as taxas de amortização utilizadas) e 13 (que trata dos métodos de amortização dos intangíveis com vida útil definida).

A Sinqia S.A., após apresentar o resultado 82,35% entre os anos de 2011 e 2018, caiu nos últimos dois anos para 76,47%. Isso se deu em virtude de a empresa deixar de responder a questão 10, que trata da divulgação do valor contábil da amortização acumulada no início do período.

Já a Quality S.A. foi a empresa com maior variação nos resultados durante os anos do estudo, apresentando elevação no segundo ano, de 64,71% para 70,59%, seguida por queda até o ano de 2014, quando exhibe o menor valor registrado, 47,06%, que foi sucedido por aumentos para 58,82% nos dois anos posteriores e, nos dois anos finais, apresentou os maiores valores, 76,47%.

A Linx S.A. foi a empresa com maior nível de evidenciação do estudo, com o valor constante de 88,24% durante todo período analisado. As empresas Soluções em Informática

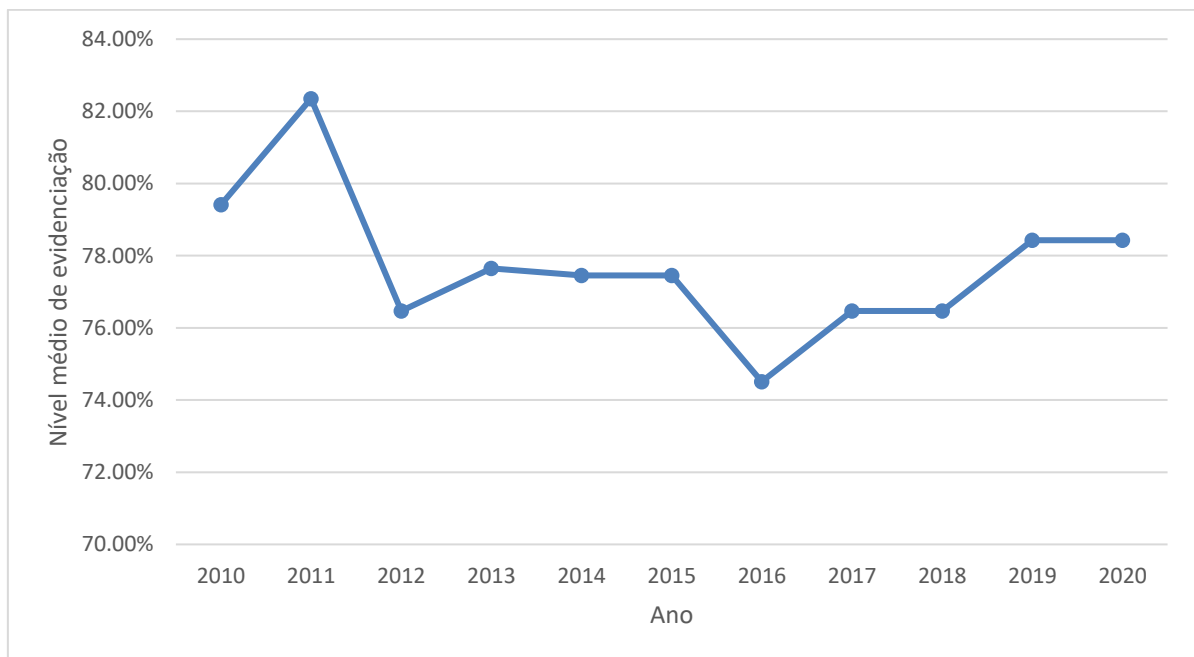
S.A. e Totvs S.A. também apresentaram resultados contínuos, de 82,35% e 76,47%, respectivamente.

No que tange a literatura anterior, nota-se que a média da evidenciação da amostra converge com o trabalho de Pinto *et al.* (2019), que afirma que todos setores da B3 atendem a, no mínimo, 50% das exigências da norma e o de Grecco e Santos (2014), que constata que nenhuma empresa possui plena conformidade em relação à divulgação obrigatória de intangíveis. Além disso, o valor médio de 77,61% é superior à média do setor de calçados, de 62% (RODRIGUES; VIEIRA; COMUNELLO, 2018), do setor de Materiais Básicos, de 58,33% (DAGOSTINI; DIONIZIO; MUSIAL, 2017) e ao nível do estudo de Pacheco, Rover e Vicente (2018), que traz uma média de 62,93% para as empresas da B3. O número é, entretanto, inferior à média do setor de Bens Industriais, de 80,48% (DAGOSTINI; DIONIZIO; MUSIAL, 2017).

Em relação à classificação do nível da evidenciação, 66,67% das empresas compõem o nível alto e 33,33%, o nível médio/alto. Valores superiores aos do setor da saúde da B3, em que 60% das empresas atingiram nível médio/alto e 20%, o nível alto (DA SILVA; FERREIRA; MARAGNO, 2017).

Considerando-se os níveis anuais de evidenciação das empresas, também foi delineado o nível geral de evidenciação anual das empresas estudadas, disposto graficamente na figura 1.

Figura 1 – Variação dos níveis anuais de evidenciação ao longo dos anos



Fonte: Elaborada pelo autor.

Dentro do período total, o nível de evidência apresentou certa variação ao longo dos anos, com pico de 82,5% em 2011 e valor mínimo em 2016, quando somou 74,51%. Entretanto, comparando-se os anos de 2010 e 2020, a diferença foi uma queda de menos de 1% (79,41% contra 78,43%). Quando se leva em consideração a evolução a partir de 2014, o primeiro ano em que todas as empresas do estudo divulgaram seus relatórios, a variação, apesar de positiva, foi novamente ínfima: face ao ano de 2020 em que o nível de evidência aumentou em apenas 0,98%. A partir desses valores, pode-se depreender que, no geral, apesar de certa oscilação entre os anos, não houve grande variação entre os anos inicial e final do estudo ou significativa melhoria no nível de evidência das companhias, com os valores apresentando, dependendo do critério usado, apenas uma reduzida queda ou aumento, em ambos os casos, de 0,98%.

Por fim, a partir dos resultados da aplicação do *checklist*, dispostos no apêndice, também foi definido o nível de evidência por item do questionário, cujo resultado está exposto a seguir:

Tabela 3 – Nível de evidência por questão em percentuais (%)

Questão	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Média
1	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
2	100	100	80	80	83,33	83,33	100	100	100	100	100	93,33
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	100	100	80	80	66,67	83,33	66,67	83,33	83,33	83,33	83,33	82,73
5	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
6	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
10	100	100	80	80	100	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	87,27
11	100	100	80	100	100	100	83,33	83,33	83,33	100	100	93,64
12	100	100	80	100	100	100	83,33	83,33	83,33	100	100	95,45
13	50	75	60	60	50	50	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	46,52
14	100	100	100	100	100	100	83,33	100	100	100	100	98,48
15	100	100	100	100	83,33	83,33	100	100	100	100	100	96,97
16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20	0	25	20	20	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	47,12
21	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
22	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nota-se pela Tabela 3, que no período, 6 itens foram 100% divulgados pelas empresas, 7 ficaram acima de 80% e 4 abaixo de 50%.

As questões 3 e 19, que tratam, respectivamente, da divulgação dos motivos que fundamentam a definição dos ativos como de vida útil definida ou indefinida e do valor contábil

dos ativos mantidos para venda, nunca foram divulgadas pelas empresas durante o período, podendo ser consideradas, portanto, as questões que mais demandam atenção por parte das companhias. Ademais, as questões 13 e 20, que se referem à divulgação dos métodos e amortização e da data efetiva de reavaliação do intangível também apresentaram baixos resultados, sendo que o nível da 20 sobe de 0% em 2010 para 33,33% em 2021, enquanto a 13 cai de 50% para 33,33% no mesmo intervalo. Novamente, são itens que carecem de maior tratamento por parte das empresas para que suas demonstrações atinjam um maior nível de relevância e fidedignidade.

Observa-se também que os itens restantes, com nível de evidenciação superior 80%, são questões mais concretas, cuja a evidenciação exige menor análise ou julgamento, e por vezes possuem respostas binárias. Nenhum desses itens apresentou incremento na evidenciação ao longo dos anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis de empresas do setor de tecnologia da informação da B3 entre os anos de 2010 e 2020 em relação às disposições normativas do CPC 04. A análise foi desenvolvida a partir da aplicação de um *checklist*, adaptado do trabalho de Moura, Varela e Beuren (2014), com os itens cuja divulgação é exigida pelo referido pronunciamento, que foi preenchido a partir das informações divulgadas pelas empresas em suas demonstrações contábeis.

Identificou-se que a maioria das empresas da amostra (66,66%) exibiu um nível alto de evidenciação dos intangíveis, tendo evidenciado de 75,01% a 100% das exigências do CPC 04, enquanto as empresas restantes (33,33%) apresentaram um nível de evidenciação médio/alto, o que significa que evidenciaram entre 50,01% e 75% das exigências. A média de evidenciação do setor também foi de nível alto, com 77,61% dos itens divulgados no período do estudo, tendo a empresa com a menor média evidenciado 64,71% dos itens e a com maior média, 88,24%. Todas cumpriram, em média, acima da metade dos quesitos do questionário, mas nunca divulgaram seus itens em plenitude. Ao comparar os resultados com os dos estudos anteriores, é possível concluir que, em linhas gerais, o setor de TI atribui maior atenção à evidenciação de intangíveis, com mais empresas apresentando um nível médio de evidenciação alto, e cerca 15% superior ao de outros setores e empresas da B3 (DA SILVA; FERREIRA; MARAGNO,

2017; PACHECO; ROVER; VICENTE, 2018; RODRIGUES; VIEIRA; COMUNELLO, 2018). Ademais, o estudo corrobora com estudos que afirmam que todos setores da B3 atendem a, no mínimo, 50% das exigências da norma e que as demonstrações de nenhuma das companhias estão em total conformidade em relação à mesma (GRECCO; SANTOS, 2014; PINTO *et al.*, 2019).

Foi constatado que a maioria dos itens aplicáveis acumularam um nível de evidência acima de 80%, com alguns deles sendo evidenciados completamente durante todos os anos. Quatro questões apresentaram evidência inferior a 50%, sendo que duas delas, a 3 (motivos que fundamentam e fatores mais importantes que levaram à definição da vida útil como definida ou indefinida) e 19 (valor contábil dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas), foram os itens mais negligenciados pelas empresas, apresentando 0% de evidência média.

Ao analisar os resultados do estudo, é possível afirmar que, após 11 anos de vigência do CPC 04, não houve notável evolução no nível de evidência dos ativos intangíveis por parte das empresas estudadas. Apesar de certa flutuação nos níveis de variação anual das entidades, na comparação geral, não houve grandes mudanças. Uma empresa apresentou, ao longo dos anos, significativa variação nos níveis de evidência, já o restante manteve um nível de divulgação constante ou próximo disso, apresentando uma queda em algum ponto, que se manteve, novamente, constante até o ano final do estudo.

A principal limitação deste estudo foi a sua restrição a apenas o setor de Tecnologia da Informação da B3, durante os anos de 2010 a 2020. Sendo assim, para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação da amostra analisada para outros setores ou mercados estrangeiros, de modo que seja possível a comparação entre diferentes setores ou com o mercado internacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; DA SILVA, Luciana Cavalcante Pires; SAIKI, Tatiana Galo. Evidenciação dos ativos intangíveis (capital intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2009. Disponível em <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1033/1033>>. Acesso em 28 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E DE TECNOLOGIAS DIGITAIS – BRASSCOM. **Relatório Setorial 2020**. 2021. Disponível em <<https://brasscom.org.br/wp-content/uploads/2021/10/BRI2-2021-005-01-Relatorio-Setorial-v57.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA DO SOFTWARE BRASILEIRO – SOFTEX. **Overview do setor de tecnologia da informação brasileiro nos últimos dez anos**. 2019. Disponível em <<https://softex.br/download/overview-do-setor-de-tecnologia-da-informacao-brasileiro-nos-ultimos-dez-anos/#>>. Acesso em 10 dez. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento Técnico CPC 4 (R1): **Ativo Intangível**. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2013.pdf>. Acesso em 09 set. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2): **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)>. Acesso em 09 set. 2019.

CUNHA, Alessandra Garcia *et al.* Evidenciação de ativos intangíveis: um estudo com empresas brasileiras. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 3, n. 43, p. 21-29, 2016.

DAGOSTINI, Luciane; DIONÍZIO, Cristiane Lins da Rosa; MUSIAL, Nayane Thais Krespi. Evidenciação dos ativos intangíveis de empresas brasileiras listadas no Novo Mercado da B3 em conformidade com o CPC 04 (R1). **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, p. 142-161, 2020. Disponível em <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5156>>. Acesso em 8 out. 2021 <https://doi.org/10.22277/rgo.v13i2.5156>

ERNST & YOUNG. FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 448 p.
GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 206 p.

GOMES, Elisabeth Alves. **Estudos sobre os níveis de disclosure adotados pelas empresas brasileiras e custo de capital**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006. Disponível em <<https://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1058/775>>. Acesso em 29 out. 2019.

GOULART, André Moura Cintra; CARVALHO, Nelson. Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 7, n. 1, 2004. Disponível em <<https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/180>>. Acesso em 26 out. 2019.

GRECCO, Marta Cristina Pelúcio; SANTOS, Thamires Arcanja. O Nível de Evidenciação Obrigatório relativo ao Ativo Intangível a partir da adoção plena das IFRS. **Revista AECA**. Espanha. Vol 110a, 2015.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 368 p.

KAYO, Eduardo Kazuo. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05032003-194338/publico/teseEduardokayo.pdf>>. Acesso em 15 out. 2019.

KAYO, Eduardo Kazuo; KIMURA, Herbert; CRUZ BASSO, Leonardo Fernando; KRAUTER, Elizabeth. Os fatores determinantes da intangibilidade. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 7, n. 3, p. 112-130, 2006. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/1954/195416332006.pdf>>. Acesso em 28 out. 2019. <https://doi.org/10.1590/1678-69712006/administracao.v7n3p112-130>

LEV, Baruch. **Intangibles: Management, measurement, and reporting**. Washington: Brookings Institution Press, 2000. 231 p.

MARQUES, Jose Augusto Veiga da Costa; SANTOS, Ronaldo Francisco dos; GOUVEIA, Veronica Andréa Lima. Análise da evidenciação do ativo intangível nas demonstrações contábeis. **Pensar Contábil**, v. 13, n. 52, 2011. Disponível em <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1194/1133>>. Acesso em 11 nov. 2019.

MOURA, Geovanne D.; VARELA, Patrícia S.; BEUREN, Ilse M. Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 5, São Paulo. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v15n5/06.pdf>>. Acesso em 02 ago. de 2019. <https://doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n5p140-170>

NIELSEN, Christian; MADSEN, Mona Toft. Discourses of transparency in the intellectual capital reporting debate: Moving from generic reporting models to management defined information. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 20, n. 7, p. 847-854, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2008.09.007>

OLIVEIRA, Lídia; RODRIGUES, Lúcia Lima; CRAIG, Russell. Intangible assets and value relevance: Evidence from the Portuguese stock exchange. **The British Accounting Review**, v. 42, n. 4, p. 241-252, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2010.08.001>

PACHECO, Juliane; ROVER, Suliani; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. Value relevance do nível de evidenciação do ativo intangível nas companhias de capital aberto brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 15, n. 37, p 178-199, Florianópolis. 2018. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2018v15n37p178/39153>>. Acesso em 02 nov. 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n37p178>

PINTO, Murillo José Torelli; DOS SANTOS, Thamires Arcanja; VITOR, Heitor Laranjeira; SANTOS, Tiago Oliveira; DA SILVA, Gabriela Felipe. O Nível de Evidenciação do Ativo Intangível após a Adoção das IFRS: Estudo em Organizações da B3 e EURONEXT-LISBOA. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 6, n. 1, p. 60-84, 2019. <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2019v6i1p60-84>

RITTA, Cleyton de Oliveira; ENSSLIN, Sandra Rolim; RONCHI, Suelen Haidar. A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: Empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 9, n. 1, p. 62-75, 2010. Disponível em <<http://periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/406/467>>. Acesso em 8 out. 2019. <https://doi.org/10.5329/RECADM.2010.0901005>

RODRIGUES, Ana Caroline; VIEIRA, Eduarda Caroline; COMUNELLO, André Luiz. EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS SOB A ÓTICA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR-RECEU**, v. 19, n. 2, 2018. Disponível em

<<https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/6804/3700>>. Acesso em 07 dez. 2019. <https://doi.org/10.25110/receu.v19i2.6804>

SCHERER, Luciano Márcio *et al.* O atual estágio da contabilização de ativos intangíveis no mercado norte-americano. **Revista da FAE**, v. 7, n. 1, 2004. Disponível em <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/435/331>>. Acesso em 06 dez. 2019.

SCHIUMA, Giovanni *et al.* Managing knowledge assets and business value creation in organizations: Measures and dynamics. In: GU, Feng; LEV, Baruch. **Intangible assets: Measurement, drivers, and usefulness**. IGI Global, 2011. cap. 7, p. 110-124. <https://doi.org/10.4018/978-1-60960-071-6>

SILVA, Natália Carminatti da; FERREIRA, Denize Demarche Minatti; MARAGNO, Lucas Martins Dias. A evidenciação de ativos intangíveis nas empresas do setor de saúde da B3. **4 Congresso Unisinos de Controladoria e Finanças**. 2017. Disponível em <<http://projeto.unisinos.br/emmm/2018/estrito/volume-2.pdf>>. Acesso em 6 out. 2019

VERGAUWEN, Philip GMC; VAN ALEM, Frits JC. Annual report IC disclosures in the Netherlands, France and Germany. **Journal of Intellectual capital**, v. 6, n. 1, p. 89-104, 2005. <https://doi.org/10.1108/14691930510574681>

WILLIAMS, S M. Is intellectual capital performance and disclosure practices related?. **Journal of Intellectual capital**, v. 2, n. 3, p. 192-203, 2001. <https://doi.org/10.1108/14691930110399932>

Empresa	Ano										Questão	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		2020
	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	16
	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	17
	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18
	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21
	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22
Totvs S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	6
	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	7
	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	8
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	16
	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	17
	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22

Fonte: Elaborado pelo autor.